



PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS
GABINETE DO PREFEITO

Praça Bom Jesus, 99 – Centro | 35.720-000 – Matozinhos – MG
(31) 2010-8534 | gabinete@matozinhos.mg.gov.br

RAZÕES DE VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº. 2.880/2025

Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Matozinhos,

Conforme previsão contida no art. 55, §2º e 3º da Lei Orgânica Municipal, por razões de interesse público, venho, tempestivamente, propor o presente **VETO PARCIAL AO PROJETO DE LEI Nº. 2880/2025**, o qual tem a seguinte ementa “Estima as receitas e fixa as despesas do *Orçamento Fiscal do Município de Matozinhos para o exercício de 2026, e dá outras providências.*”

O referido projeto, de iniciativa do Poder Executivo, foi objeto de emenda parlamentar em seu art. 5º, § único. Aprovada, a emenda buscou corrigir o valor nominal da Reserva de Contingência, anteriormente definida por este Executivo. Contudo, a redação final do dispositivo promoveu uma alteração substancial que modifica a finalidade da reserva, comprometendo a flexibilidade indispensável à gestão orçamentária e, por conseguinte, mostrando-se contrária ao interesse público.

A Lei Orçamentária Anual (LOA), de iniciativa do Executivo, conforme disposto na Constituição Federal, em seu art. 165, inc. III, deve estimar a Receita e fixar Despesa para o exercício financeiro seguinte, de forma a evidenciar a política econômica, financeira e o programa de trabalho, estabelecendo as metas e as prioridades da Administração Pública.

A elaboração da peça orçamentária anual submete-se a um sistema normativo integrado, devendo guardar estrita consonância com as diretrizes fixadas pelo Plano Plurianual (PPA) e pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), bem como aos preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal. Essa integração sistêmica é imperativa, pois tais normas constituem o arcabouço do planejamento governamental e funcionam como instrumentos essenciais de transparência e controle social, ao evidenciarem a origem e a aplicação dos recursos públicos para a devida apreciação do Poder Legislativo e da sociedade.

O art. 8º III da Lei Orgânica do Município de Matozinhos, tratando da competência privativa, assim dispôs sobre as leis orçamentárias:





PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS
GABINETE DO PREFEITO

Praça Bom Jesus, 99 – Centro | 35.720-000 – Matozinhos – MG
(31) 2010-8534 | gabinete@matozinhos.mg.gov.br

Art. 8º Ao Município compete prover a tudo quanto diga respeito ao interesse local e ao bem estar de sua população, cabendo-lhe, privativamente, dentre outras, as seguintes atribuições:

(...)

VIII - elaborar o Orçamento Anual e o Plurianual de Investimentos, observadas as normas gerais da União;

O Projeto de Lei nº 2.880/2025 (LOA) destinava o valor total de 3% (três por cento) da receita corrente líquida para a Reserva de Contingência.

É crucial compreender que, dentro deste montante global, já estavam computados os 2% (dois por cento) destinados ao atendimento das emendas parlamentares impositivas. O procedimento correto, após a aprovação da lei, seria a classificação dessas emendas nas ações e programas correspondentes. Feito isso, restaria como Reserva de Contingência para livre manejo do Poder Executivo essencial para atender a despesas urgentes e imprevistas o saldo de 1% (um por cento) da receita, equivalente a R\$ 2.040.000,00 (dois milhões e quarenta mil reais).

É fundamental recordar o que dispõe o artigo 16 da própria Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), aprovada de forma unânime por esta Casa. O referido artigo estabelece que a Reserva de Contingência conterà um valor máximo de 3% (três por cento) da receita corrente líquida, conferindo ao Poder Executivo a faculdade de fixar o montante final a ser alocado para esta rubrica, desde que respeitado esse teto.

Adicionalmente, seu parágrafo único especifica que, para o atendimento das emendas parlamentares impositivas, o Projeto de Lei Orçamentária deverá conter uma reserva específica de 2% (dois por cento) da receita corrente líquida. A interpretação sistêmica da norma, portanto, evidencia que o percentual de 2% é o montante mandatório para as emendas, enquanto o limite de 3% representa uma margem discricionária, não uma obrigação. O próprio Projeto de Lei original, em seu artigo 10, inciso VI, já se alinhava a este entendimento ao prever o uso da reserva para a suplementação das referidas emendas.





PREFEITURA MUNICIPAL DE MATOZINHOS
GABINETE DO PREFEITO

Praça Bom Jesus, 99 – Centro | 35.720-000 – Matozinhos – MG
(31) 2010-8534 | gabinete@matozinhos.mg.gov.br

Acolher a redação da emenda se mostra contrário ao interesse público por um aspecto técnico fundamental: a fixação da Reserva de Contingência em 3% (três por cento) da receita corrente líquida. Embora a prudência fiscal seja um valor inquestionável, um percentual desta magnitude acaba por limitar a otimização dos recursos públicos e a celeridade na execução orçamentária.

Essas, Senhor Presidente, são as razões que me levaram a vetar o § único do artigo 5º da proposição em causa, motivo pelo qual não pode receber sanção do Prefeito Municipal, devolvendo-a, destarte, a essa Egrégia Casa para o necessário reexame.

Prefeitura Municipal de Matozinhos, aos 19 de dezembro de 2025.

ITALO MORAES BORGES

Prefeito Municipal

Excelentíssimo Senhor

Vereador Gercy Gonçalves

DD. Presidente da Câmara Municipal





Informações do Documento

ID do Documento: **1EE.D50** - Tipo de Documento: **PROJETO DE LEI**

Juntado por **WEVERTON HENRIQUE RODRIGUES GOMES**, CPF: 132.19*. **6-*7 , em 19/12/2025 - 12:18:19

Código de Autenticidade deste Documento: 12U5.5918.4192.302H.8341

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:

<https://zeropapel.matozinhos.mg.leg.br/verdocumento>

